



Aponte a câmera do celular para o QR Code e assista a um depoimento de Sonia Gomes, diretora da Associação de Apoio a Emigrantes, Imigrantes e Famílias em Portugal

Editora: Ana Paula Macedo
anapaula.df@dabr.com.br
3214-1195 • 3214-1172



IMIGRAÇÃO

Portugal endurece lei e preocupa brasileiros

Parlamento aprova legislação apresentada pela extrema-direita que revoga regularização de estrangeiros sem visto, dificulta a reunião das famílias e condiciona documento de procura por trabalho a profissionais altamente qualificados

» RODRIGO CRAVEIRO

"Quem avisou que, quando eles entrassem (em Portugal), nós teríamos problemas? Que teríamos problemas na saúde, na habitação e nas creches? Quem foi? Fomos nós. Portanto, agora, não nos venham dizer assim: 'Bom então, o que é que se faz?'. Durante anos, avisei. Agora, eles (imigrantes) já entraram. A única solução que temos é (...) garantir que os portugueses estejam em primeiro lugar." O discurso do deputado André Ventura, presidente do Chega, ocorreu no dia em que parlamentares do partido de extrema-direita obtiveram apoio da coalizão do governo minoritário do premiê Luís Montenegro e aprovaram o endurecimento da política de imigração.

A nova Lei de Estrangeiros deverá afetar diretamente os imigrantes brasileiros, com a revogação de uma norma que lhes permitia regularizar a própria situação depois de sua chegada a Portugal. Com as mudanças (veja quadro), os imigrantes somente entrarão no país mediante a apresentação de um visto. Além disso, os vistos para a busca de emprego serão concedidos apenas a imigrantes altamente qualificados. O texto também torna mais difícil o reagrupamento de famílias de imigrantes não documentados, com a exigência de comprovação de que o casal tinha vivido junto em outro país e depois de dois anos de residência legal. Outra medida polêmica envolve a criação de uma unidade policial para supervisionar os estrangeiros e realizar deportações.

Advogada especializada em imigração, a brasileira Erica Acosta, 44, esteve na Assembleia da República para acompanhar a votação. Em entrevista ao *Correio*, ela afirmou que a aprovação da nova Lei de Estrangeiros representa um "retrocesso gravíssimo no compromisso de Portugal com os direitos humanos e com o Estado Democrático de Direito". "Trata-se de uma norma que ignora a realidade das migrações e impõe obstáculos cada vez mais intransponíveis à regularização", explicou.

Mobilidade

Acosta considera particularmente grave o impacto da medida sobre o Acordo de Mobilidade da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), criado para facilitar o trânsito de pessoas entre

André Dias Nobre/AFP



O deputado André Ventura, líder do ultraconservador Chega: "A solução que temos é garantir que os portugueses estejam em primeiro lugar"

O que muda

CONFIRA AS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES NA POLÍTICA IMIGRATÓRIA DE PORTUGAL

Entrada sem visto

Os brasileiros não mais poderão entrar em Portugal sem apresentarem um visto. Imigrantes ingressavam no país, sem documentação, para depois pedirem residência.

Visto de trabalho

O visto de procura de trabalho passará a ser chamado de "visto para procura de trabalho

qualificado". A medida afetar, especialmente, os brasileiros, o maior grupo responsável pela solicitação desse documento.

Recusa aos ilegais

Aqueles imigrantes, incluindo brasileiros, que "tiverem entrado ou permanecido ilegalmente" em Portugal terão o visto automaticamente recusado.

A medida vale também para a solicitação de "visto para a procura de trabalho qualificado".

Polícia de imigração

Será criada a Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras — um órgão com poder de polícia que terá, entre outras, as missões de fiscalizar os imigrantes e executar deportações.

Reagrupamento familiar

A reunião familiar de imigrantes somente será possível depois que ficar comprovado que o casal tenha vivido junto em outro país e após dois anos de residência legal. Filhos menores de idade poderão ser reagrupados em Portugal, com a condição de que tenham entrado legalmente, estejam no país, coabitem com o requerente e dele dependam.

os Estados-membros. "Ao voltar a exigir o visto como condição para o início do processo de regularização — até então bastava a entrada regular —, a nova legislação esvazia os objetivos do acordo e reinstaura uma barreira que tinha sido superada. Ou seja: cria-se um novo entrave à mobilidade, contrariando frontalmente o espírito de cooperação e de solidariedade da CPLP"

Ainda segundo a advogada brasileira, a norma passa a utilizar a remuneração financeira como um vetor de desigualdade. "Ela punirá quem ganha menos, com o risco de perder o direito ao reagrupamento familiar. A igualdade, a proteção familiar e o acesso à justiça ficarão comprometidos. Embora ainda exista a possibilidade de recorrer ao tribunal para proteger

direitos fundamentais, o novo regime exige um conjunto probatório desproporcional, fazendo com que o acesso à Justiça se torne o último recurso de quem está sufocado por um sistema opressor", explicou Erica Acosta.

Mineira criada em Goiânia, Sônia Gomes hoje dirige a Associação de Apoio a Emigrantes, Imigrantes e Famílias (AAEIF), em Lisboa,

onde vive desde 2017. Pouco depois de deixar o parlamento, ela falou à reportagem e denunciou um "projeto de exclusão bem nítido". "O impacto não será fácil, inclusive para Portugal. Qual é o estudante qualificado que escolheria Portugal?", questionou. "Temos grande esperança de que o senhor presidente, Marcelo Rebelo de Sousa, repense e ordene uma revisão

Eu acho...

Fotos: Arquivo pessoal



"O que mais choca é o vazio ético e o desprezo pelas garantias mínimas de um Estado de Direito. Aprovar um projeto com impacto direto sobre centenas de milhares de pessoas sem ouvir o Conselho para as Migrações, sem diálogo com a sociedade civil, e com uma tramitação relâmpago é, em si, um sintoma grave de autoritarismo institucional. Mais grave ainda é ver um discurso pretensamente 'humanista' ser instrumentalizado para justificar retrocessos."

Erica Acosta, advogada brasileira especializada em imigração, moradora de Lisboa



"A medida que mais preocupa é um pai de família ter que esperar dois anos para poder ver o filho e a esposa. Não entra na cabeça um partido desejar separar famílias. Desde que cheguei aqui, não vejo o imigrante ter um caminho fácil. O imigrante não tem paz. Os governantes não conseguem chegar a um denominador comum para dar dignidade ao imigrante."

Sônia Gomes, diretora da Associação de Apoio a Emigrantes, Imigrantes e Famílias

constitucional, principalmente na área do reagrupamento familiar. Essa é uma exigência dos brasileiros. Nós concordamos em seguir regras, mas desde que elas sejam justas. Isso é um projeto para excluir, um texto marcado pela falta de dignidade", acrescentou a ativista, que também atua como representante independente de imigrantes desde 2021.

Erica Acosta afirma que "a nova legislação institucionaliza a exclusão, desrespeita compromissos internacionais e agride a dignidade humana". "Por isso, ela precisa ser combatida por todos os meios democráticos e jurídicos disponíveis", disse a advogada. Ela denunciou que a intensificação da repressão começou antes mesmo da criação de uma polícia de imigração. "Vemos o crescimento das fiscalizações em bairros periféricos e ocupações habitacionais, como recentemente alertado em ofício da Promotoria de Justiça que aponta falhas graves nas operações policiais, com impactos diretos sobre a população migrante."

ORIENTE MÉDIO

Israel bombardeia Damasco e sul da Síria

Vinte e dois dias depois de interromper os bombardeios ao Irã, Israel realizou ataques aéreos a Damasco, capital da Síria, e o entorno de Sweida (sul), cidade de maioria drusa onde confrontos deixaram mais de 300 mortos nos últimos dias. As Forças de Defesa de Israel (IDF) bombardearam a entrada do quartel-general do Exército sírio, no centro de Damasco, e um "alvo militar" nos arredores do palácio presidencial. Os conflitos entre combatentes drusos e tribos beduínas sunitas começaram no domingo, depois do sequestro de uma comerciante drusa, que desencadeou uma série de raptos em retaliação,

segundo o Observatório Sírio para os Direitos Humanos (OSDH).

As autoridades sírias anunciaram novo cessar-fogo na cidade, depois de uma trégua inicial declarada na terça-feira não ter entrado em vigor. As forças governamentais foram mobilizadas na terça-feira para conter a violência em Sweida, que antes era controlada por combatentes drusos. O OSDH, testemunhas e grupos drusos os acusaram de inúmeros abusos, incluindo a execução de civis e saques.

Israel, que anexou a maior parte das Colinas de Golã sírias — onde vive uma grande população drusa — reiterou nos últimos dias que

não permitirá nenhuma presença militar no sul da Síria, perto da fronteira comum. O ministro da Defesa, Israel Katz, disse que "Israel não abandonará os drusos na Síria" e que o Exército "agirá com força" na região de Sweida. Os drusos são uma minoria proeminente no Oriente Médio, cuja religião deriva do islamismo xiita. Eles estão presentes no Líbano, no sul da Síria e no Golã sírio ocupado por Israel.

Os ataques a Damasco teriam deixado três mortos e 34 feridos, de acordo com o governo sírio. O israelense Eytan Gilboa — professor de relações internacionais da Universidade de Bar-Ilan, em Ramat

Gan (perto de Tel Aviv) — explicou ao *Correio* que forças jihadistas sírias estão cometendo massacres de alauítas xiitas (a etnia que governava o país) e os drusos. "Estes últimos são suspeitos de não serem leais o bastante ao ethos nacional sírio. Há profundas razões históricas, culturais e religiosas para a hostilidade contra os drusos."

Gilboa afirmou que muitos drusos em Israel servem nas IDF. "Israel está comprometido em defender os drusos, que têm familiares no sul da Síria. Meu país alertou o governo sírio a imediatamente deter a marcha à região drusa, mas Damasco ignorou o alerta."

Rami Al Sayed/AFP



Fumaça sobe ao céu depois de ataque israelense à capital síria